



NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU



Pinto da Costa está em Bissau UM IRMÃO NO SEIO DO POVO

«Ao chegarmos aqui, à Guiné-Bissau, sentimos-nos como em nossa casa. Encontrámos velhos amigos, amigos de luta e, mesmo aqueles cujo nome não conhecemos, sabemos que são nossos amigos, amigos do povo santomense, de tal maneira que a nossa estadia aqui será de irmão no seio do povo que sempre apoiou o po-

vo santomense na sua luta pela libertação nacional e continua a apoiar o povo do meu país na sua luta pela reconstrução nacional» — afirmou o camarada Manuel Pinto da Costa, Presidente do MLSTP e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, ao chegar ontem à tarde à nossa capital, iniciando assim uma

visita que se prolongará por toda uma semana.

O camarada Presidente Manuel Pinto da Costa acrescentaria nas suas declarações que «é com agrado que nós nos encontramos aqui, pela primeira vez em visita oficial à terra da Guiné-Bissau. Encontrámo-nos entre amigos, com um povo que durante anos

lutou consequentemente pela sua independência e para a sua libertação, um povo que teve que enfrentar enormes sacrifícios ao lutar contra um inimigo superior materialmente, mas que devido à sua determinação conseguiu conquistar a sua liberdade.

A manifestação que a população de Bissau,

as organizações de massas e militantes do Partido reservaram ao camarada Presidente Manuel Pinto da Costa foi, para todos quantos presenciaram, um espectáculo alegre e colorido, em que ficou bem patente a amizade e solidariedade do nosso povo para com o povo amigo e irmão de S. Tomé e

Príncipe. Durante todo o trajecto, do aeroporto Praça dos Heróis Nacionais, toda a gente que passava para a frente dos queriam ver e conhecer o combatente da verdade, camarada Pinto da Costa.

Ele diria ao chegar «traz uma mensagem

(Continua na página

Mensagem de Luiz Cabral a Bendjedid

Portador de uma mensagem do camarada Luiz Cabral, para o seu homólogo argelino, Chadli Bendjedid, partiu no princípio da noite do passado dia 15, para Argel, o camarada Armando Ramos, membro do CSL do Partido e Comissário de Estado do Comércio, Indústria e Artesanato.

(Continua na pág. 8)

Começa hoje em Bissau a Conferência da Agricultura

Adiada de ontem para hoje, começa esta manhã, a partir das dez horas, no salão da UDIB, a primeira Conferência de Técnicos e Trabalhadores do Comissariado do Desenvolvimento Rural, que se prolongará até ao domingo.

Problemas ligados ao desenvolvimento da produção agrícola e pecuária,

distribuição de sementes às populações e combate às pragas, a situação agrícola deste ano e, entre outros, a definição da política de Desenvolvimento Rural, figuram na agenda de trabalhos desta reunião.

Ontem de manhã foi concluída a constituição das três comissões de trabalho criadas para

apresentar relatórios sobre os sectores da vida daquele departamento.

«Não há desenvolvimento sem vontade política e firme determinação de transformar as nossas realidades» — dizem os técnicos agrícolas do Comissariado de Estado do Desenvolvimento Rural, no do-

(Continua na página 8)

Salvador

Estado de sitio depois do golpe

SÃO SALVADOR — A junta militar que tomou o poder na segunda-feira no Salvador decretou anteontem o estado de sitio e a suspensão dos direitos constitucionais.

Os responsáveis

da junta declararam que esta decisão foi tomada para restabelecer a tranquilidade no país, que é agitado há meses pela violência.

Momentos antes,

(Cont. na página 8)

● Proibidas as actividades políticas no Paquistão (ver pág-7)

"A Guiné-Bissau é o país mais sério de África"

— precisou Houphouet Boigny ao nosso embaixador

Quando da entrega de credenciais da camarada Lucette Andrade, primeiro Embaixador da República da Guiné-Bissau na Costa do Marfim, o Presidente Félix Houphouet Boigny afirmou no discurso protocolar que a «Guiné-Bissau é o país mais sério de África».

de artista, mas também de militante resolutamente engajada, elas terão certamente, nas discussões por vezes severas das chancelarias, um pouco de doçura e charme».

«É para mim, um prazer muito particular de acolher, em vossa pessoa, o embaixador deste país ir-

ce-me corresponder a uma realidade profunda.

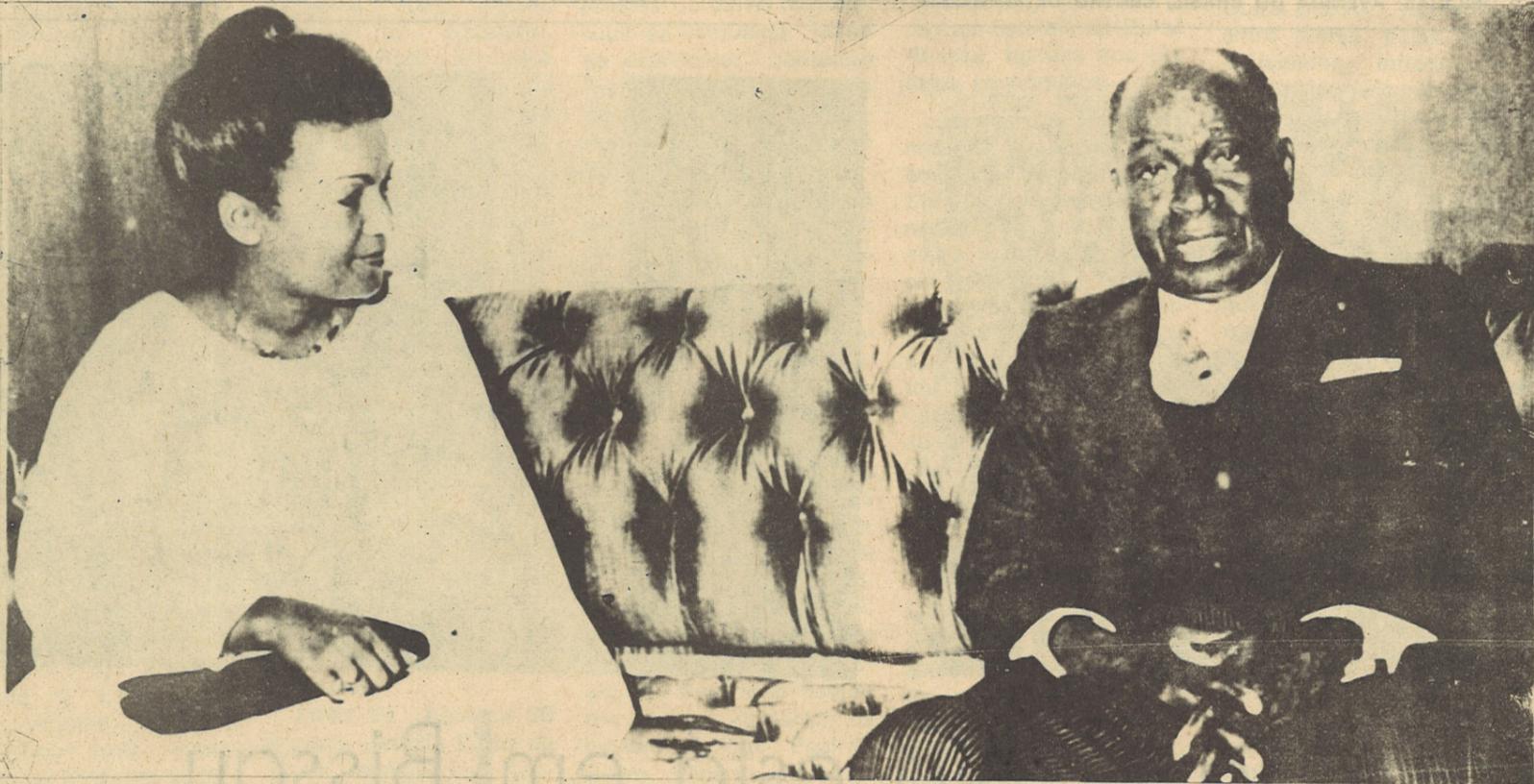
O vosso povo viveu longos anos de dominação estrangeira. Logo que reencontrou a sua liberdade e dignidade confrontou-se com a dura realidade da repressão e depois com a guerra e o seu cortejo de sofrimentos. Foi graças a esta se-

ela pertence à África inteira».

É com a mesma confiança e o mesmo ardor, mas também a mesma seriedade e o mesmo senso de equilíbrio que os vossos compatriotas se lançaram num novo combate, o combate para a reconstrução e o desenvolvimento para o bem-estar

terra e nos camponeses.

Eu vos desejo senhora, uma excelente estadia entre nós. Encontrará, certamente, junto dos responsáveis marfinenses e de mim todo o apoio favorecendo a execução da vossa missão que eu espero venha a desenvolver as nossas relações de cooperação e estreitar os



Ficret Godja contacta escritores guineenses

Teve lugar na passada terça-feira, numa das salas da sede do Partido, um encontro informal entre jovens da capital ligados à cultura e o escritor soviético Ficret Godja, que se encontra no nosso país para recolher dados sobre a vida do camarada Amílcar Cabral, para posterior publicação no seu país.

O encontro a que estiveram presentes jovens ligados a vários ramos da arte, contava também com a presença da camarada Ana Maria Cabral, directora do Departamento de Edição/Difusão do Livro e do Disco.

De salientar que o encontro foi muito animado com várias questões levantadas pelos nossos artistas, sobre aspectos da vida literária do país dos Soviéticos, a que

este camarada respondeu satisfazendo a curiosidade dos presentes. O camarada Ficret Godja foi recebido na manhã de ontem pelo camarada Mário de Andrade, Comissário de Estado da Informação e Cultura.

venção do Presidente marfinense acerca da cooperação actual e futura dos nossos dois países:

«Poucos estados ainda, e especialmente estados africanos, têm por embaixadores representantes do sexo feminino o que é muito lamentável: porque, mesmo que elas tenham, como vós, uma rica experiência de jornalista e

mão, que é a jovem República da Guiné-Bissau.

«Reli há pouco tempo, num dos vários jornais que se interessam pelos problemas do nosso continente, a afirmação de que «a Guiné-Bissau é o país mais sério de África» — permita-me esperar que outros países, entre os quais o meu, dêem também prova de seriedade, mas esta expressão pare-

riedade, este método, esta eficácia e convicção que o vosso país conquistou após uma longa luta a sua independência. E por isso se afirma tão naturalmente que foi um pequeno país a saber dar a outros lições de coragem, nesta guerra de libertação, que Amílcar Cabral dizia com razão que «ninguém poderá duvidar que

de todos.

Nós conhecemos as vossas preocupações que são também as nossas: prospecção dos recursos, valorização da produção, agro-industriais, vias de comunicação ...

Estes problemas não são fáceis de resolver, mas temos a certeza, como vós, que eles não serão impossíveis de resolver se temos confiança na

nossos laços de amizade.

Permita-me, antes de terminar, que vos peça para que o vosso primeiro acto oficial seja transmitir ao Presidente Luiz Cabral os votos sinceros que o povo marfinense, o seu Governo e eu próprio formulamos para ele, assim como para a prosperidade e felicidade do vosso País».

Responde o povo

Que sugere para a melhoria da nossa Informação?

A Informação, tanto no nosso país, como em todo o mundo, é um sector que deve preocupar-se continuamente com a vida diária do povo, as suas realizações sócio-económicas, as suas alegrias e desgostos. Por isso a Informação é alvo da crítica e dos elogios quotidianos de cada cidadão, activa ou passivamente. No caso concreto do nosso país, a Informação que, praticamente se resume às emissões da Radiodifusão Nacional e às edições do Jornal «Nô Pintcha», tem tido os seus altos e baixos, facto constante durante estes anos de pós-independência. Tendo em conta essas irregularidades, abrimos estas colunas do «Responde o Povo» para uma apreciação crítica das actividades da Informação.

FALTAM PROGRAMAS NA R. D. N.

Victor Ansú Danfa, 25 anos, rececionista do Grande Hotel — «São muito frequentes as aversões nas emissões de ondas curtas e médias da

Rádiodifusão Nacional. Como o meu aparelho de rádio não tem frequência modulada, fico, como muita gente, sem ouvir a nossa emissora. Contento-me em sintonizar as emissoras estrangeiras, mas naturalmente, estas

emissoras não dão notícias do meu país. Este é o problema principal, por isso acho que o nosso Governo deve fazer todos os esforços para o solucionar».

Como correspondente sindical da UNTG, Victor Danfa interessa-se particularmente pelos problemas da informação. Ele acrescentou ainda: «Outra questão é que agora, a RDN não tem um horário fixo para vários programas que estamos acostumados a ouvir. Alguns deixaram mesmo de ser transmitidos, como o caso do «Momento Desportivo» e «Fala de África». Acerca do programa desportivo, eu soube depois

que o seu principal autor, o Zé Manuel, está doente. Pelos vistos ele não tem um substituto. Mas, na minha opinião, não é difícil encontrar um substituto...»

O MEU PAI RALHA SEMPRE POR CAUSA DAS PILHAS

Maria Manuela Correia, 18 anos, estudante do Liceu Kwame N'Krumah — «Um aparelho de rádio é uma coisa muito importante que cada família deve ter em sua casa, pois ajuda a alegrar o ambiente, e as pessoas ficam a saber o que se passa na nossa terra e no mundo. O meu pai tem um que

trabalha a pilhas, mas esta sempre a rainhar conosco, dizendo que estamos só a gastar as pilhas, e não há pilhas à venda no mercado.

A menina Manuela também considera o jornal «Nô Pintcha» muito importante para ela. «Não o leio constantemente. Mas, no período das aulas, a colecção que o meu pai faz dá-me muito gozo na disciplina de história e formação militante. Mesmo as professoras recomendam-nos sempre a leitura do «Nô Pintcha».

OIÇO SEMPRE O PROGRAMA DOS PIONEIROS

José Luís Pereira, 14

anos de idade, estudante de 5.ª classe — «Eu sempre oiço a Rádio em casa, sobretudo nos domingos, não perco o programa dos pioneiros «Abel Djassi». Este programa é muito divertido, por isso acho que todos os meninos devem ouvi-lo. Outro programa de que eu gosto também é o momento desportivo e os relatos dos jogos. Quando o meu pai não me dá dinheiro para ir ver o futebol, fico em casa a ouvir o relato. No Jornal «Nô Pintcha», só leio as notícias do desporto, para poder conhecer o nome dos nossos bons jogadores».

Formação de quadros: 25 por cento da população estuda em escolas nacionais ou institutos estrangeiros

Mais de setenta mil crianças e jovens começaram a frequentar, no princípio de Outubro, os estabelecimentos de ensino infantil, primário, secundário e especializado por todas as ilhas de Cabo Verde. Abriam novamente as suas portas os jardins de Infância do Instituto Caboverdiano de Solidariedade distribuídos por S. Nicolau, S. Vicente, Sal, Praia e Fogo, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, as Escolas do Ensino Primário e Preparatório, os Liceus Domingos Ramos e Ludjero Lima de S. Vicente e a Escola Comercial e Industrial do Mindelo.

Novamente funcionam também as duas escolas do Magistério Primário, na Praia e em S. Vicente, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo (CENFA) e a Escola de Cabotagem de S. Vicente. Arranca este ano o Curso de Formação de Professores para o Ensino Secundário.

Continuam em estágio mais de 60 alunos das duas escolas de Enfermagem, as 32 futuras monitoras da infância do curso ministrado no ano passado no Instituto Caboverdiano de Solidariedade e os desenhadores da construção Civil, da alçada do Ministério das Obras Públicas. Continua a decorrer o Curso de Formação Intensiva de Animadores Sociais Polivalentes. O curso de formação de 12

microscopistas, com o apoio da OMS, deverá começar a ser ministrado sob tutela da Direcção-Geral de Saúde, ainda este ano.

Só em 80/81 será inaugurado o complexo escolar de Santa Maria, para 600 alunos do Magistério (300 internos), 800 do Ciclo Preparatório e 150 crianças num infantário-externo.

O ensino para o magistério é destinado a alunos já habilitados com o Ciclo Preparatório, terá um tronco comum de dois anos e posteriores especializações de igual duração.

Continua em execução o projecto financiado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos, de construção de 100 salas de aula para o ensino primário, 15 moradias para professores e duas oficinas nas ilhas Santiago e Brava.

Com 25 por cento da sua população nos bancos das escolas nacionais e muitos institutos e universidades no estrangeiro, Cabo Verde partiu para mais um ano lectivo, apostado num futuro diferente, na reconstrução nacional e no desenvolvimento.

Bacharéis à vista no liceu da Praia

Começará a ser leccionado, na segunda quinzena de Outubro, em salas do Liceu Domingos Ramos da Praia, o primeiro Curso de Formação de Professores para quatro ramos do Ensino Secundário. Talvez este seja o embrião de um futuro Ensino Universitário na República irmã. O curso de seis semestres intensivos dirigido a 40 alunos (10 em cada ramo, de Guiné e Cabo Verde) está já definitivamente estruturado no que toca ao curriculum das cadeiras e aos programas para as diversas formações e tem já professores universitários garantidos para as diversas docências).

Ciências Histórico-Naturais, Química e Física Matemática e Desenho são os quatro ramos de ensino em que futu-

mente os 40 bacharéis leccionarão, no caminho para a satisfação das necessidades dos nossos dois países no que toca à docência dos Ensinos Preparatório e Secundário. O ramo de Português (Língua e Literatura) deverá também começar no próximo ano lectivo de 1980/81.

Com nível de bacharelato, este Curso de Formação de Professores consta de quatro semestres de formação teórico-prática e de dois semestres de estágio pedagógico e elaboração de uma monografia sobre um tema do ensino ligado à nossa realidade.

Ciências Histórico-Naturais serão leccionadas pelo dr. José Ormonde, investigador e assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Co-

imbra, e pela dr.^a Marília Celeste Neves, licenciada em Biologia e especialista do Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Física terá como professor o eng. Humberto Pascoal, natural de ilha de S. Nicolau, que é assistente da Universidade de Coimbra e investigador em Física Teórica e a dr.^a Arminda Pedrosa, assistente de Química da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Um outro professor está ainda a ser contactado.

O Engenheiro José Cardoso Ferreira, assistente do Instituto Superior Técnico de Lisboa, que há já alguns anos vem cooperando na República irmã de Cabo Verde na docência do Ensino Secundário, virá leccionar no ramo das Matemáticas, juntamente com o dr. Joaquim

Namorado, assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Em Desenho, leccionará a dr.^a Albertina Afonso, licenciada em Belas Artes e professora efectiva do Ensino Secundário, em Educação Visual.

Estreita e regular colaboração vem sendo prestada aos técnicos caboverdianos encarregados do lançamento e estruturação do Curso, por parte de alguns professores universitários portugueses. O Prof. Luís Albuquerque, de Matemáticas, os profs. Jorge Veiga e Luísa Veiga, de Química e Física e o Professor António Sait'Aubyn, natural de S. Nicolau, catedrático de Matemática no Instituto Superior de Agronomia, deslocaram-se já a Cabo Verde para darem pareceres especializados na

estruturação dos Cursos e na elaboração das cadeiras. Luís Albuquerque voltará no arranque do Curso, Jorge Oliveira virá uma semana em Janeiro e António Sait'Aubyn continuará a sua colaboração em Fevereiro e em Junho.

Também a Universidade de Évora colabora com o MEC já no arranque e, posteriormente, com o envio de três especialistas pedagogos que virão efectuar seminários e palestras sobre o papel do Ensino Secundário e a utilização dos audiovisuais. O apoio da Universidade de Évora e dos quatro professores universitários estende-se permanentemente à procura de bibliografia e do necessário material didácti-

co para o ministrar os Cursos.

O ramo das Matemáticas foi o que até agora mais procura teve parte dos nossos precursores a este bacharelato. Cinco alunos de Cabo Verde e cinco da Guiné-Bissau frequentarão, no princípio, cada um ramos do ensino, beneficiando todos de bolsas de estudo, atribuídas na forma de vencimento integral aos que, no passado ano lectivo, se encontravam a leccionar.

Todos os alunos concluírem o curso com aproveitamento, terão direito a um diploma. Lhes outorga o título de bacharel em Ciências Pedagógicas — Matemáticas, Histórico-Naturais, Ciências Físicas e Desenho.

Há sempre alguns que ficam pelo caminho

«O nosso Partido só pertencerá àqueles filhos da nossa terra, seus militantes que forem capazes de fazer o nosso Partido cada dia melhor», disse o camarada Amílcar Cabral.

Por isso, há sempre camaradas que avançam na Direcção da luta, e há outros que vão ficando pelo caminho, até serem afastados. Esta é a dinâmica do desenvolvimento da nossa luta, tal como o explica o primeiro Secretário-Geral do PAIGC, no texto que segue e nós reproduzimos do Seminário de Quadros.

«Todas as oportunidades, todas as possibilidades têm de ser abertas cada dia mais para aqueles militantes sinceros, dedicados de facto ao Partido, honestos, decentes, amigos de facto do nosso povo e não da sua barriga, cumpridores dos seus deveres de facto, respeitadores da direcção, mas também respeitadores da sua cabeça, corajosos e não cobardes, que sabem usar a autoridade que

o Partido lhes deu sem abusar dela. Esses é que têm que tomar conta do Partido cada dia mais.

«Sabemos que no passado da nossa luta (e até mesmo no presente da nossa luta), há muitas coisas más. É normal que haja coisas más nas condições da nossa terra, condições da sociedade, da economia e de atraso da nossa terra. É normal que haja coisas más numa luta como a

nossa. Felizmente que na nossa luta não há tanta coisa má como noutras lutas. Ou podemos dizer melhor: infelizmente, outros têm mais coisas más de que nós. Mas temos que ter consciência de que temos coisas más. Houve muito mais, mas ainda há. Principalmente ao nível de responsáveis, ao nível de dirigentes. Ora temos que fazer um esforço grande para que os nossos camaradas dirigentes que aparecerão na nossa terra, não venham mais com coisas más. Não queremos isso mais. Por isso mesmo temos a certeza de que dentro do Partido, mesmo talvez neste seminário, há alguns camaradas que talvez fiquem para trás. Em

todas as marchas, em todas as lutas duras, como na vida, há sempre uns que ficam para trás, outros que vão para diante. A nossa obrigação, da direcção, a minha obrigação de dirigente principal, consciência da nossa situação e das nossas necessidades, é de fazer toda a força para que o número daqueles que vão para diante seja cada dia maior, o número dos que ficam para trás seja cada dia menor. Mas nós vamos abrir bem os olhos, com vigilância, para não deixar passar para a frente nenhum lobo que está camuflado de cordeiro, não queremos isso».



Cabral ca muri

O FMI face ao Terceiro Mundo

Uma política monetária ao serviço de quem?

A propósito da reunião anual, em Belgrado, do Fundo Monetário Internacional (em que a Guiné-Bissau, como país membro, participou com uma delegação, chefiada pelo Governador do Banco Nacional), o jornal argelino «El Moudjahid» publicou um artigo em que se analisam as relações entre esta instituição financeira e os países do Terceiro Mundo.

As consequências têm sido gravosas para muitos países que aceitaram as condições do FMI para melhor utilizarem algumas facilidades de crédito provenientes dos países capitalistas. Delas nos fala com algum pormenor o artigo de Mohamed Benchicou no quotidiano nacional argelino de informação, edição de 2 de Outubro, que publicamos a seguir.

A estratégia do Fundo Monetário Internacional (FMI) repousa em duas funções políticas e económicas complementares que contribuem para a reprodução das bases do capitalismo mundial:

— controle das políticas económicas dos países do Terceiro Mundo, com vista a manter a posição de dependência face ao Ocidente, em geral, e os Estados Unidos em particular;

— protecção dos interesses das grandes empresas multinacionais, sobretudo americanas, no seio dos países em vias de desenvolvimento.

Esta dupla função existe desde pela adopção de uma política monetária conscientemente orientada para o reforço da dominação do Terceiro Mundo pelo capital internacional.

Como?

É na resposta a esta pergunta que se levanta o veu da natureza imperialista, do FMI e que se situa, com precisão, o funcionamento do programa de reivindicações do Terceiro Mundo em Belgrado, particularmente as exigências em torno da revisão dos mecanismos de funcionamento do Fundo Monetário Internacional e dos princípios que guiam a escolha das dotações de ajuda aos países em desenvolvimento.

DEFENSOR DO LIBERALISMO

O cenário repete-se sem cessar.

Quando o Sudão, prostrado pela deterioração económica sem precedentes (200% de inflação em 1978, desvalorização de 95% da libra sudanesa e um bilião e 850 milhões de dólares de dívida externa...) pediu ajuda ao FMI, este pôs condições draconianas, terríveis de suportar pelas massas populares, já mergulhadas

na mediocridade da qualidade de vida: suspensão dos subsídios de apoio aos produtos de primeira necessidade (arroz, chá, milho, etc.), liberalização dos preços e bloqueamento dos salários...

Quando, em Janeiro de 1977, as massas egípcias se sublevaram em Helwan e em Choubrah el Kneima (no Cairo) e em que foram mortas 76 pessoas e feridas milhares, era também o FMI que estava na origem do massacre, escondido na sombra, bem entendido: ele não tinha aceitado substituir-se aos países árabes e socialistas, e dar uma ajuda financeira ao regime do Cairo, se não com a condição previa de Sadate por fim aos subsídios nos preços de artigos de primeira necessidade. Daí o decreto que mandou aumentar os preços do arroz, rava, chá, pão, queijo e leite. Não tendo nada mais a perder num país que os lançava na fome e na miséria os pobres do Cairo sublevaram-se então, e apesar da reacção do regime sanguinário de El-Sadate, obtiveram alguns ganhos pois que o Governo renunciou ao aumento dos preços dos produtos referidos.

É ainda o FMI que impõe ao governo de Ecevit, na Turquia, desencadear a caça aos progressistas se quer receber os milhões de dólares de que tinha grande necessidade aquele país, nestes meses de recessão económica. Observadores mais atentos certificaram-se que foi o FMI que negociou com o governo turco a proposta de fazer desempenhar à Turquia o papel de plataforma militar pro-imperialista que antes estava a cargo do Irão do Xá.

Em Maio último o mundo ouvia com estupefacção que o regime do ditador Somoza recebera do FMI um empréstimo de 65,7 milhões de dólares,

graças ao voto favorável dos Estados Unidos. Um delegado do FMI foi mesmo levado a justificar que «esta decisão foi tomada em virtude de exclusivas considerações técnicas», o que não deixou de ser denunciado até por jornais bastante moderados.

«Le Monde» lembrou mesmo que os Estados Unidos intervieram directamente junto do FMI, num passado recente, para tentar modificar a linha política de certos países da América Latina. Foi o caso, em particular, do Perú, onde o governo militar nacionalista e progressista do general Juan Velasco Alvarado teve que enfrentar de 1970 a 1975, o veto dos Estados Unidos aos seus pedidos de crédito ao FMI. A recusa da FMI contribuiu largamente para o agravamento da crise económica e financeira do Perú.

O Fundo Monetário Internacional permite tais ingerências e práticas arbitrárias porque é um organismo cujos mecanismos são os mais antipopulares, ainda que no papel ele tenha por objectivos, expressos pelo acordo de Bretton Woods, ao terminar a segunda guerra mundial, de por a funcionar processos de crédito no quadro do sistema monetário internacional. A sua tarefa essencial é «favorecer a cooperação monetária e evitar as depressões correntesiais» («dumping monetário»). O Fundo aparenta, portanto, a uma «caixa inter-estatal de segurança mútua»: caixa que devia desempenhar um papel regulador da balança de pagamentos dos países membros e ao mesmo tempo apoiar o curso da moeda nacional nos circuitos internacionais o que é sedutor para os países pobres mas amargamente falso.

Porque aqui acaba a teoria e começa a realidade.

Depois de 27 de Dezembro de 1945, data em que entrou oficialmente em funções o FMI, o mundo viu, para além de raras ocasiões, aplicadas estas boas intenções.

Com 80 por cento do seu capital composto pelas quotas dos países fundadores, o FMI estava «aberto» a todos os países que desejassem aderir sob condição de forne-

cerem a sua quota, calculada em proporção das suas capacidades financeiras. Adere-se ao Fundo nesta base e, o Fundo, que não contava mais de 60 membros em 1956 e possui hoje mais de 120, viu o seu capital passar, entretanto, de 9,2 biliões de dólares em 1958 para 23 biliões. Mas...

Porque na um grande «mas»: os estatutos do FMI precisam que a influência dos diferentes países sobre as actividades do Fundo e proporcional a sua quota.

Isto faz com que quatro países ocupem uma posição de força e joguem um papel de primeiro plano: os Estados Unidos, cuja quota ultrapassa 4,1 biliões de dólares (números de 1977), a Inglaterra, que dispõe de 1,95 biliões de dólares, a França e a Alemanha Federal que contam cada um com 785,5 milhões de dólares.

UM PARADOXO BEM CALCULADO

Bem entendido, a proporção das quotas determina igualmente os votos nos organismos directivos do FMI que funciona, portanto, como uma sociedade por acções cada uma de 100.000 dólares, dando lugar a um voto. Resultado: os Estados Unidos dispõem de 26,6 por cento dos votos e a Inglaterra 12,7 por cento.

E o Terceiro Mundo o que faz nesta teia? Apanha o que pode nos 61 por cento dos votos que restam e que disputa às

grandes potências tinai. Leiras, tais como a Alemanha Federal e a França.

Finalmente, chegamos a este paradoxo bem calculado que os Estados Unidos, eles so, tem tantos votos como todos os países em vias de desenvolvimento reunidos!

Não é, por acaso que os USA ocupam os postos-chave no seio do Conselho permanente do FMI.

Logo, não é, por acaso, muito menos, se eles se juntam os empréstimos financeiros a condições políticas e económicas que visam integrar o país requerente na órbita capitalista e a entrada em torção dos capitais privados na sua economia.

E não é também por acaso que os Estados Unidos, eles só, possam decidir sobre uma dotação de fundos ao regime do ex-ditador Somoza, ou colocar a espada de Dâmocles sobre a cabeça de tal ou tal governo, em função dos seus interesses e os das outras potências capitalistas.

Eis porque é imperioso que o Terceiro Mundo exija a garantia de um funcionamento mais democrático do FMI.

É muito provável que a diversão que precedeu os debates de Belgrado (divisão do Terceiro Mundo entre produtores e não produtores de petróleo) fracasso diante da vontade de apagar as últimas sequelas de Bretton Woods.

Perfil do Presidente PINTO DA COSTA

Manuel Pinto da Costa, Presidente do MLSTP e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, nasceu em 1938, na ilha de S. Tomé. Fez os seus estudos universitários em Portugal. Em 1960, entra para o Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe, com vista a libertar estas ilhas de dominação colonial portuguesa, tendo tomado parte activa nos trabalhos desta organização.

Sob recomendação do Comité, o camarada Pinto da Costa é enviado para a República Democrática Alemã, para continuar os seus estudos, os quais terminou na Universidade de Berlim, com a licenciatura em economia.

De 1972 a 1974, Pinto da Costa, viveu na Guiné-Equatorial, onde se encontrava a sede do Movimento para a Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP), criado em 1972, na continuidade do CLSTP.

A 12 de Julho de 1972, foi eleito Secretário-Geral do MLSTP. Após alguns meses de estágio no Gabão, Manuel Pinto da Costa regressa à sua Pátria e, a 12 de Julho de 1975, dia da proclamação da Independência, é eleito primeiro presidente da República. Usando da palavra na altura da independência, o camarada presidente Manuel Pinto da Costa declarou que em matéria de política, a Jovem República respeitaria os princípios da coexistência pacífica entre os estados, do não-alinhamento, e do estreitamento dos laços com os países em vias de desenvolvimento.



Na foto o Po

Tempo — Durante Conferência da Roda que neste momento corre na Lancaster House a Frente Patriótica deu ao pedido dos britânicos para que haja reservas para a brancura no Parlamento, em se tivesse mostrado ramente relutante e fazer. Porque ced neste ponto?

Robert Mugabe — britânicos insistiram ma representação r. A nós revolta-nos q quer conotações r numa constituição, decidimos eventualm não provocar um retr so nas conversações vido a esse ponto, quanto esse bloco de representantes pudesse actuar de a obstruir o funcionamento do Parlamen

Nós tínhamos de sobre se iríamos ou acabar com a Com cia nesta fase. Tinha de chegar a uma co são sobre se esta tão era ou não funda tal para o prossequi to da Conferência cidamos que, desde ricassem estabele suas condições — meiro, de que eles podiam bloquear a lação e segundo, que poderíamos a seu te alicerar a constituição que não seria preju aceitarmos este des avei aspecto tempo mente.

T. — Não teme a que a Frente Patri acedeu a um pedido britânicos, numa te va de transformar a ferência num êxito britânicos possam tir para que vocês tem toda a especi outros pedidos?

R.M. — Nós quer que a Conferência êxito, mas não a qua preço. Nós temos d tabelecer claramt nossas prioridades. são as questões fu mentais cuja conf ção significará uma



Zimbabwe com punhos cerrados e olhos fitos na vitória final

CONFERÊNCIA DE LONDRES: Mugabe traça o perfil do Zimbabwe independente

— Tempo/Nô Pintcha

geria, na Tanzânia ou na Índia.

Naturalmente isso omite certos países fora do Commonwealth que nós temos a sensação serem mais favoráveis para conosco e que em certo sentido são nosso aliados. Mas mesmo que considerássemos países neutros, todo o conjunto dos países escandinavos estaria omitido. Nós preferíamos forças, digamos, da Suécia, a forças da Austrália.

Achamos também que uma presença das Nações Unidas nos ofereceriam uma oportunidade de insistir para que pelo menos um ou dois Estados da linha da Frente que não fazem parte do Commonwealth, pudessem participar nessas forças.

T. — Quando o Zimbabwe se tornar independente e for reconhecido pela comunidade internacional, as sanções das Nações Unidas serão levantadas. Quais serão as consequências imediatas desse facto na economia do país?

R. M. — As sanções forçaram a Rodésia a desenvolver um número razoável de pequenas indústrias, pequenas fábricas para produzirem bens para consumo local e para exportação. O fluxo de importação foi cortado excepto no que respeita a bens essenciais que eles tinham de fazer entrar por vias obscuras. Este tipo de economia fechada tem existido durante os últimos 14 anos.

O levantamento de sanções levantaria um problema: será que seria favorável permitir a concorrência entre estas pequenas indústrias e as indústrias gigantes, por exemplo da África do Sul e da Europa, que facilmente poderiam inundar o mercado com produtos? Permitir a livre entrada de bens que já estão a ser fabricados por essas pequenas indústrias seria, na minha opinião, obrigar um grande número delas a fechar.

Nós queremos saber se tais pequenas indús-

trias têm demonstrado ser economicamente viáveis, capazes de subsistir por si sós, ou se têm sido subsidiadas para manter a produtividade e fornecer os bens de consumo essencial. No caso de elas terem existido dependentes de subsídios, nessa altura queríamos saber se seria rentável para o país permitir que essa indústria continue a existir nessa base. Rentável não só em termos de poderem não dar prejuízo mas também em termos de fornecer bens de primeira necessidade e de corresponder às necessidades do povo.

Pode ser que seja necessário manter uma barreira tarifária para proteger estas pequenas indústrias. Mas em alguns casos, para satisfazer a procura de certos tipos de bens por parte da população, pode ser melhor abrir as barreiras e permitir a entrada livre de bens de outros países.

É absolutamente essencial que sejam estabelecidas relações comerciais com outros países, especialmente países vizinhos tais como Moçambique, Zâmbia e Botswana. O levantamento das sanções criaria uma situação em que relações comerciais normais teriam agora de ser estabelecidas mas não em detrimento das indústrias locais.

T. — Que espécie de política agrícola tem em mente?

R. M. — Tem de haver um encorajamento muito maior, por meio dum apoio governamental, à agricultura camponesa. A nossa opinião é de que é rentável para os camponeses estarem organizados colectivamente para que a produção seja em larga escala. Se for possível juntá-los, pôr à sua disposição conhecimentos especializados, mecanização e facilidades de comercialização ajudará a aumentar a produtividade e fará com que toda a qualidade da produção agrícola cresça.

Presentemente a nossa agricultura baseia-se mais nos empreendimentos co-

lectivos com o Estado a dar orientação e apoio.

Teremos de manter esse tipo de agricultura durante algum tempo. É absolutamente necessário assegurarmo-nos de que não haja perturbações indevidas em projecto fundamental tais como o de Hippo Valley, no do algodão, chá e citrinos. Mas ao mesmo tempo toda a indústria se deveria orientar-se mais para o objectivo de trazer maior benefícios ao povo como um todo e não a pessoas individuais.

O sistema da terra determinará em grande medida o tipo de operações agrícolas que existirão. Nós acreditamos que a terra, sendo ela um bem nacional e talvez até o mais importante de todos deve pertencer ao povo como um todo. Por isso toda a terra pertencerá ao Estado.

É esse o princípio fundamental da nossa política. Mas a utilização da terra deveria ser estabelecida tanto numa base colectiva como privada, com o sector colectivo crescendo cada vez mais à medida que o tempo for passando. E esta a área que estaremos interessados como partido governante porque tencionamos seguir uma política socialista no que respeita à agricultura.

T. — Como vê o papel do Estado relativamente ao comércio?

R. M. — De momento o comércio encontra-se em mãos de particulares. O governo apenas interfere na medida em que providencia um mercado mais amplo para os agricultores e consumidores, tal como faz através da Comissão do Armazenamento Frigorífico e a Direcção de Comercialização dos Cereais, que não são na realidade propriedade do governo como tal mas sim uma espécie de organismos autónomos com estatuto próprio. Não são empreendimentos estatais como a Direcção Nacional do Carvão em Inglaterra, por exemplo, mas são dirigidas pe-

lo Estado e os Directores são nomeados pelo Estado. Aparte isso a maioria das transacções comerciais são privadas. Achamos que durante ainda algum tempo, a actividade de governamental nesta área será limitada. Mas deverá existir um controlo real dos preços. Os produtos de primeira necessidade, tais como a carne e os produtos lácteos, e serviços públicos como a água e a electricidade, deveriam exercer a sua actividade sob a supervisão de comissões ou corporações controladas pelo governo.

T. — Até que ponto estão ligadas as economias do Zimbabwe e da África do Sul e como prevê o estado dessas relações, digamos, mais ou menos cinco anos depois da Zimbabwe alcançar independência?

R. M. — Desde a Declaração Unilateral de Independência a economia rodésiana foi-se tornando cada vez mais intimamente ligada a da África do Sul e neste momento está quase inteiramente dependente dela, tanto em termos de certos bens importados como em termos de mercado de exportação. Por exemplo, África do Sul tornou-se um mercado para os têxteis produzidos na Rodésia. Depois as máquinas para indústria mineira vêm da África do Sul.

Há também ligações derivadas dos meios de comunicação, os portos e camiões de ferro Sul-africanos que a Rodésia utiliza. Mas essa saída para o mar não é realmente crucial porque temos Moçambique por onde a nossa disposição de portos que ficam a nós muito mais próximos.

Não encaramos para um futuro imediato um corte de relações com a África do Sul. Não seria realista determinar agora que não teremos quaisquer relações com a África do Sul. Mas certamente que as relações comerciais com outros países vizinhos terão de crescer.

200.000 pessoas. Seria estranho não ter representantes brancos no parlamento. Era nossa opinião que eles deveriam surgir através do mecanismo político em lugar de o fazerem numa base racial. Mas nunca pregámos a doutrina dum parlamento inteiramente negro.

Não creio que isso tenha qualquer efeito na moral dos combatentes.

T. — As propostas da Frente Patriótica para um acordo de transição nada explicavam sobre um acordo relativamente ao cessar-fogo. Como pensa que ele deveria processar-se?

R. M. — Nós temos o nosso próprio plano. Não o vamos submeter nesta altura. Só o submeteremos depois de adquirirmos a certeza de que chegou o momento adequado, mas temos o nosso plano. Em princípio ele propõe uma desmobilização das forças e a participação das Nações Unidas.

T. — Parece que os britânicos não são grandes entusiastas da participação das Nações Unidas.

R. M. — Não sei se o são ou não. Mas enquanto trabalhavam para a decisão da cimeira do Commonwealth, defenderam a ideia dum presença do Commonwealth. Mas nem disto ainda falaram..

T. — Poderia dizer-nos porque é que a Frente Patriótica prefere uma presença da ONU à presença do Commonwealth?

R. M. — Por motivos óbvios. Na realidade não há grande escolha entre os países do Commonwealth. Há nele um número considerável de países cuja linha não nos é exactamente favorável. A Grã-Bretanha pensaria primeiramente em países como a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia antes de pensarem na Ni-

nuína transferência de poderes, e quais aqueles que não são fundamentais.

Nós deveríamos poder avançar para as questões fundamentais respeitantes ao exército, às forças policiais e à administração do país durante o período de transição, toda a questão do cessar-fogo e a constituição dum novo exército. Estas são as questões mais cruciais e não cederemos relativamente a elas.

Os princípios devem permanecer invioláveis.

T. — Não espera ter problemas em convencer os guerrilheiros a continuar a lutar enquanto durar a Conferência da Lancaster House? Especialmente agora que estão a lutar por um Zimbabwe que terá uma representação branca especial no Parlamento?

R. M. — Não é esta a primeira vez que tomamos parte numa Conferência constitucional. Concordo que cada vez que vamos a uma conferência constitucional criamos uma esperança em alguns dos combatentes e essa esperança pode agir contra seu engajamento na luta pois se eles esperam que um acordo seja em breve alcançado isso terá tendência para neutralizar sua actividade.

Mas isso depende da politização e grau de consciencialização entre os combatentes. E eles sabem agora que cada vez que nos tomamos parte nestas discussões o melhor modo de nos prestarem assistência nas conversações é intensificar a luta.

Quanto à representação branca, nós nunca fizemos da questão dum parlamento inteiramente negro um princípio fundamental da independência. Na nossa opinião deveria haver alguns brancos.

Nós temos uma população branca de mais de

Seleção nacional já trabalha

Com vista à sua participação no torneio internacional de Bandjui (Gâmbia), a realizar em Fevereiro de 1980, entre 9 a 19, a seleção nacional de futebol, iniciou há aproximadamente duas semanas, os seus trabalhos de preparação. Só que o fez com umas certas dificuldades. Enquan-

to os seleccionados do Sector Autónomo de Bissau fazem semanalmente um treino de conjunto os das regiões do interior só se juntam aos seus colegas da capital, para treino em conjunto, nas quartas-feiras da primeira e penúltima semanas de cada mês, portanto duas vezes mensalmente.

Eis as listas dos convocados: Benfica — Abel, Agostinho, Nhama, Mancinho e M'Pinté. UDIB — Domingos Cá, Bracia, Idelino, Tató e João Domingos. Nota-se nos convocados a ausência de Papá; Bafatas — Baldé I e Álvaro; Bafatá — Néné, Saná, Lebre e Nene Cá; Ajuda Sport — Beto Pontes e

Nelito. (De salientar a ausência de Nelson Herbert que a nosso ver deve ir lá testar as suas habilidades); Estrela Negra (ex-FARP) — Cláudio e Karaté, Bula Rui Casimiro e Toy; Cantchungo — Joaquim; Tombali — Nando; Ténis Clube — Djossé; Sporting — Roldolfo, Pá e Mui.

Um totalista no totobola

Um totalista e dez concorrentes com doze, são os resultados do escrutínio do concurso número cinco da segunda época do Totobola Nacional. A proeza do único treze desta semana coube a um apostador do interior, mais concretamente da Região de Cacheu que receberá a quantia de 13.582 pesos. Os outros premiados — concorrentes que acertaram em dez — receberão cada um, 1.234,50 PG. O montante para cada prémio era de 13.582 pesos, resultantes de 1.727 boletins registados com 16.848 apostas no valor de 54.328,50

Acrobatas chineses convidados pelo CSD

Uma caravana do conjunto acrobático de Anhui, da República Popular da China, composta por 45 jovens acrobatas, músicos e cenógrafos chegará ao país no dia 12 do próximo mês de Novembro, a convite do Conselho Superior dos Desportos, no quadro das relações de amizade e de intercâmbio desportivo e cultural entre os dois países. Estas informações foram prestadas pelo camarada Augusto Pereira da Graça (Neco), secretário-geral do CSD. Segundo do Neco, a caravana chinesa permanecerá no País durante 15 dias, e apesar de ainda não estar elaborado o seu programa de actuação ela dará pos-

sivelmente espectáculos em Bissau e no interior.

Sabe-se contudo que os acrobatas do conjunto Anhui representarão para o público da Guiné-Bissau, os seguintes números: dança de leão, fantasia em bicicleta, equilíbrio com tigela, e tridentes voadores. Equilíbrio em cadeiras empilhadas, patinagem na mesa pequena prestidigitação, ginástica, jogos com argolas, equilibrios com os pés, ilusão vocal, bicicleta em plataforma, jogos malabares, estrela cadente, pratos giratórios, equilíbrio sobre o arame, barra fixa, magia e intermédio.

VIDA DO CONJUNTO ANHUI

O conjunto acrobático de Anhui da China foi fundado em 1956. No decorrer destes 23 anos de existência, este conjunto foi ficando cada vez mais maduro na representação das suas destrezas e o seu reportório foi incessantemente renovado com suas práticas artísticas. Nas suas digressões nas mais diversas partes do país e assim também nas actuações na feira de Outubro de 1978 dos produtores de exportação em Kuanzhou, o conjunto foi muito bem acolhido pelo público tanto chinês como estrangeiro.

Pugilistas africanos em foco no mundial de amadores

Dois pugilistas africanos, o peso mosca, zambiano, Francis Musankabala e o super-ligeiro Nelson Azuma, ghanense, estiveram em evidência no decorrer do segundo torneio da Taça do mundo de boxe amador, em Nova Iorque. Eles venceram os quartos de final ao derrotarem os seus adversários.

Musankabala, campeão de África dos moscas, bateu facilmente o austríaco Gordon Willis. No segundo «round», Musankabala atacou a fundo e o austríaco foi projectado ao tapete. O árbitro interveio e dá por terminado o encontro.

Quanto ao ghanense, Azuma bateu igualmente um outro austríaco, Brian Tink, por K. O. no terceiro «round». Em contrapartida, o peso mosca Jean-Paul Mikaya — gabonês — foi desfeiteado perante o portorriquenho Alberto Mercado, campeão Pan-Americano, que triunfou por apito do árbitro no terceiro «round».

Jogador amnistiado denuncia mafia no futebol brasileiro

O jogador brasileiro Zé Mário, abrangido pela amnistia futebolística, regressou ao seu clube Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, e dispõe-se a reassumir a presidência do Sindicato dos Profissionais de Futebol, a partir de 1 de Janeiro de 1980.

Zé Mário, alinhou pelo Vasco da Gama até há cerca de ano e meio, altura em que acusou a «mafia dos dirigentes que exploram os futebolistas». Depois foi emprestado a uma equipa da 2.ª divisão do estado de São Paulo.

«A nossa tarefa é oficializar o Sindicato e lutar contra a mafia dos dirigentes que ainda permanecem nos seus cargos», declarou.

Zé Mário, de 30 anos, foi melhor elemento do Vasco da Gama no «clássico» desafio com o Botafogo, que os vascaínos venceram por 2-1.

O futebolista anunciou a intenção de se converter em director técnico, dentro de dois anos, e sublinhou a necessidade dos jogadores «tomarem a consciência para ajudar o futebol brasileiro a sair da crise em que se encontra».

«Os profissionais brasileiros são tratados como crianças. Se se esforçam no campo, recebem um prémio. Algo como um caramelo que se dá a um menino quando ele se porta bem», acrescentou.

O futebolista denunciou também que existe «doping» no futebol brasileiro, devido à grande quantidade de jogos (dois ou três por semana), que deixam os jogadores sem reservas físicas. «Os jogadores recorrem a estimulantes para continuarem a jogar, observou.

«Tenho pena dos colegas que utilizam esse método, mas devo reconhecer que não têm outra saída, porque são afastados das equipas se baixam de rendimento», afirmou o jogador. Zé Mário criticou a política futebolística dos últimos quinze anos, o período da ditadura, voltada para a construção de grandes estádios em todo o país, e esquecendo os outros aspectos humanos e de organização. «Fizeram do Brasil o país do futebol», — acrescentou — «principalmente nos últimos 15 anos em que o regime militar dominou país», concluiu.

Moçambique—Zaire na 1.ª eliminatória do mundial de futebol

O sorteio dos jogos de apuramento para o Campeonato Mundial de Futebol de 1982, que se realiza na Espanha, efectuou-se no domingo passado em Zurique, Suíça.

Há a destacar que a África terá, pela primeira vez, dois representantes na fase final o que é considerado insuficiente pelo Presidente da Conferência Africana de Futebol.

Moçambique é o primeiro país de expressão portuguesa (e para já o único) a participar nesta importante competição mundial cabendo-lhe de enfrentar, na primeira eliminatória, a equipa do Zaire.

A fase final terá 24 concorrentes, 22 a sair das eliminatórias mais o país organizador e os actuais campeões mundiais, a Argentina.

Eis os resultados do sorteio:

AFRICA (28 PAISES)

Lugares na fase final: 2
Primeira eliminatória

Senegal-Marrocos; Zaire-Moçambique; Camarões-Malawi; Guiné Conakry-Lesoto; Tunísia-Nigéria; Líbia-Gâmbia; Etiópia-Zâmbia; Niger-Somália; Serra Leoa-Argélia; Ghana-Egipto; Quênia-Tanzânia e Uganda-Madagascar.

ISENTOS:

Ficaram isentos da primeira eliminatória ou qualificados para a segunda fase das eliminatórias do grupo africano: República Centro Africana, Sudão, Libéria e Togo.

EUROPA (33 PAISES)

Isento: Espanha (país organizador)

Lugares na fase final: 13
Constituição dos grupos (7)

GRUPO 1 — República Federal da Alemanha, Áustria, Bulgária, Finlândia e Albânia.

GRUPO 2 — Holanda, França, Bélgica, República da Irlanda e Chipre.

GRUPO 3 — Checoslováquia, União Soviética, País de Gales, Turquia e Islândia.

GRUPO 4 — Inglaterra, Hungria, Suíça, Roménia e Noruega.

GRUPO 5 — Itália, Jugoslávia, Grécia, Dinamarca e Luxemburgo.

GRUPO 6 — Escócia, Suécia, Portugal e Irlanda do Norte.

GRUPO 7 — Polónia, República Democrática Alemã e Malta.

Ficam apurados os dois primeiros de cada grupo excepto o sétimo que só apura um.

AMÉRICA DO SUL (10 PAISES)

Isento: Argentina (campeão)

Lugares na fase final: 3

Constituição dos grupos

GRUPO 1 — Brasil, Bolívia e Venezuela.

GRUPO 2 — Colômbia, Peru e Uruguai.

GRUPO 3 — Chile, Equador e Paraguai.

AMÉRICA DO NORTE, AMÉRICA CENTRAL E CARAÍBAS (CONCACAF) (15 PAISES)

Lugares na fase final: 2
Constituição dos grupos (3)

ZONA NORTE — Canadá, Estados Unidos e México.

ZONA CENTRAL — Panamá, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras.

ZONA DAS CARAÍBAS: Subgrupo — Granada e Guiana.

Grupo A — Cuba, Suriname e o vencedor do jogo preliminar Granada-Guiana.

Grupo B — Haiti, Trindade e Antilhas Holandesas.

ASIA-OCEANIA (21 PAISES)

Lugares na fase final: 2

Constituição dos grupos (4)

GRUPO 1 — Indonésia, Austrália, Fiji, Nova Zelândia e Taipé.

GRUPO 2 — Iraque, Síria, Bahrein, Quatar e Arábia Saudita.

GRUPO 3 — Kwait, Irão, Tailândia, Malásia e Coreia do Sul.

GRUPO 4 — Hong-Kong, Macau, China, Coreia do Norte, Japão e Singapura.

Esta fase eliminatória, disputa-se, de harmonia com o regulamento da prova de 1 de Novembro deste ano até 30 de Novembro de 1981.

DUAS EQUIPAS É POUCO

No decurso de uma entrevista concedida à «Rádio France Internacional», Tessema, Presidente da Confederação Africana de Futebol, declarou que o sorteio das eliminatórias

da Taça do mundo de 1982 parece-lhe útil.

«Lastimo, entretanto — acrescentou Tessema — que a Tunísia e a Nigéria sejam obrigados a defrontarem-se logo na primeira volta. Estes dois países estiveram, com efeito, na fase final das eliminatórias africanas, do último mundial».

No que concerne ao número dos países africanos qualificados para a fase final do mundial (dois), Tessema declarou que estaria satisfeito se o número de finalistas fossem 16. Terá 24, neste caso, creio que dois países africanos na fase final do mundial é insuficiente. Em seguida, acrescentou «que espera que as duas formações africanas que estarão em Espanha, tenham um bom resultado e sirvam a causa do futebol africano, provando que a nossa contestação é justificada».

RCA

Exigida a retirada da França

BANGUI — A presença das tropas francesas na República Centro-Africana, cuja retirada é exigida por vários partidos políticos, foi o tema dominante dos debates no quadro do «encontro das forças vivas da nação», que decorreu de segunda a terça-feira em Bangui, reunindo partidos, organizações de massas e o novo chefe de Estado.

David Dacko, anunciou logo na abertura da reunião, que as tropas francesas continuariam na República Centro-Africana para «formar e treinar as forças nacionais», que segundo ele, «ainda não estão em condições de garantir a segurança no país».

Entre os principais oradores, Ange Patasse, antigo Primeiro-Ministro de Bokassa e líder do Movimento de Libertação do Povo Centro-Africano (M.L.P.C.), reclamou «negociações com a França», para uma «retirada imediata das suas tropas e sua substituição por forças da OUA». Patasse denunciou, por outro lado, «a arbitrariedade que instalou no país», nomeadamente, a «confiscação ilegal das instalações de rádio pela clique reacionária-fascista no poder».

Um outro movimento representado na reunião, a Frente Patriótica do Ubangui, cujo orador, Idi Lala pediu também a «retirada imediata das tropas francesas», eleições num prazo de seis meses, organizados por um governo de salvação pública.

O movimento pediu também que todos os antigos colaboradores de Bokassa fossem presos e julgados. — (FP)

Futuro da Rodésia

Nyerere responsabiliza a Grã-Bretanha pelo impasse da conferência

DAR-ES-SALAM — «As propostas constitucionais do governo britânico sobre o problema das terras na Rodésia, constituem o único obstáculo à evolução da conferência de Londres sobre o Zimbábue» — declarou na terça-feira o presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, em cujo país decorre, desde ontem, uma reunião extraordinária dos países da «linha de frente», que discute o actual impasse da reunião de Londres, assim como o último britânico apresentado à Frente Patriótica.

Nyerere, que é presidente dos Estados da «Linha de Frente» (Tanzânia, Moçambique, Angola, Zâmbia e Botswana), afirmou que o governo de Margareth Thatcher devia pôr à disposição do governo independente da Rodésia, os fundos necessários ao pagamento de compensações aos brancos, cujas terras serão redistribuídas pelos africanos.

O chefe de Estado tanzaniano qualificou de «falsas» as afirmações britânicas de que a Frente Patriótica não aceitou as propostas constitucionais. «A Frente Patriótica, afirmou Nyerere, aceita estas propostas desde

que o governo britânico aceitar fornecer os fundos de indemnização para os brancos rodésianos.

O dirigente tanzaniano informou que a Grã-Bretanha dera tais fundos na altura da independência do Quênia, a fim de indemnizar os europeus, cujas terras foram expropriadas.

Por outro, fontes informadas próximas da conferência de Londres, indicaram que os Estados Unidos, Grã-Bretanha, alguns países da CEE e da Commonwealth comprometeram-se em constituir um fundo de um bilhão

de libras esterlinas para a Rodésia. Indicou-se ainda da mesma fonte, que o governo britânico decidiu encarregar-se directamente da administração da Rodésia, durante o período de transição. Londres fará propostas neste sentido nos próximos dias, por ocasião do início das negociações sobre a segunda parte da ordem do dia da conferência, referente ao período transitório.

Segundo o plano britânico o retorno a legalidade da Rodésia, seria seguido quase imediatamente pela dissolução do parlamento fantoche de Salisbúria.

Proibidas as actividades políticas no Paquistão

ISLAMABAD — Todas as actividades políticas estão proibidas no Paquistão — anunciou antontem o chefe do regime militar, general Zia Ul Haq, que também adiou «sine die» as eleições parlamentares previstas para Novembro.

Os jornais, que passam a estar sob censura, anunciaram que a viúva do antigo Primeiro Ministro paquistanês, Zulfikar Ali Bhutto, a sua filha e chefes de partidos estão detidos. O chefe de Estado anunciou também uma remodelação governamental.

Entre as personalidades detidas, figuram Begun Nusrat Bhutto, líder do partido do Povo Paquistanês (PPP), a sua filha Benazir Bhutto e o chefe do partido centrista Tehrik-I-Istiqlal, marechal na reserva Asghar Khan. Há muito tempo que as autoridades militares paquistanesas vinham perseguindo os membros da família Bhutto, o que levou os observadores a deduzi-

rem que estes receiam uma vitória do partido de Bhutto nas eleições que estavam previstas para 17 do próximo mês.

Num discurso à nação, o presidente paquistanês criticou os políticos pa-

quistaneses pela sua «abordagem irresponsável dos problemas do povo» que, segundo ele, são económicos e não políticos. O general Zia declarou que seriam tomadas medidas para uma

estrita aplicação das leis islâmicas no país.

Tribunais militares serão instituídos «para fazer julgamentos rápidos, que não poderão ser revistos por tribunais civis». — (FP)

CEE-ACP: bons resultados no encontro de Londres

BRUXELAS — Os problemas ainda em suspenso na nova Convenção de Lomé (que organiza a cooperação entre a CEE e os 67 países de África, Caraíbas e do Pacífico (ACP) foram resolvidos no domingo em Londres durante a reunião dos dois grupos.

Estes problemas referem-se nomeadamente ao tratamento a dar aos investimentos europeus nos países ACP. Toda-

via, o conselho dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos «nove» deverá ainda aprovar este mês os resultados do encontro de Londres, no qual participaram nomeadamente Michael O'Kennedy, ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda e presidente em exercício da CEE, Bernard Saint John, vice-Primeiro Ministro de Barbados e presidente dos ACP e Claude Cheysson, Comissário Euro-

peu para o Desenvolvimento. A assinatura da nova Convenção Lomé está prevista para 31 de Outubro em Lomé. No que respeita aos investimentos, a CEE queria que os países ACP dêem automaticamente a cláusula de nação mais favorecida neste domínio, enquanto os ACP desejavam que esta cláusula só fosse atribuída em casos de acordos intergovernamentais. (FP)

Tchad: formação do governo de união

N'DJAMENA — Medidas concretas foram tomadas com vista a formação do governo de união nacional de transição no Tchad, anunciou um comunicado oficial publicado na terça-feira no final da reunião de todos os chefes de tendência polí-

tico-militar presentes na capital tchadiana.

O comunicado não deu nenhuma precisão sobre as medidas em questão, declarando, no entanto, que os participantes na reunião, presidida por Goukouni Weddey, chefe de Estado, acentuaram unanimemente a urgência

da formação do governo. Preciou também que Goukouni Weddey fez o ponto da situação que prevalece no país.

«Uma frutuosa troca de opiniões estabeleceu-se entre os diferentes responsáveis numa atmosfera muito cordial», concluiu o comunicado. (FP)

Sahara: «New York Times» contra a ajuda americana ao Marrocos

WASHINGTON — O jornal americano «New York Times» insistiu antontem num editorial para que os Estados Unidos não ajudem o Marrocos a prosseguir a

guerra do Sahara Ocidental.

«Os Estados Unidos deviam retirar-se deste conflito», escreveu o quotidiano, pois nenhum interesse americano está

em jogo. Ajudar o rei (Hassan) seria encorajar uma política errónea que reduziu a sua influência em África. Isso provocaria sem razão a Argélia e perturbaria também os esforços da OUA para pro-

mover um cessar-fogo e um referendo nos territórios contestados.

«Em vez de encorajar o rei Hassan a continuar a enfeudar-se numa aventura militar, declarou o

jornal, os Estados Unidos deviam juntar-se aos outros para promover um compromisso. Isso seria bastante difícil. O abandono da neutralidade americana a favor da tortura militar, declarou o

NOVA DELI — A Índia lamentou o envio de um porta-avião americano para o Oceano Índico. Reafirmou oficialmente a Nova-Deli que a Índia contra toda a presença militar estrangeira no Oceano Índico. «O aumento de forças militares de potências estrangeiras na região do Oceano Índico deve ser desencorajado», declarou um porta-voz do ministério de Negócios Estrangeiros.

APELO DA URSS

O chefe do governo soviético, Alexei Kosyguine, lançou na segunda-feira um apelo aos países ocidentais convidando-os a aproveitarem a ocasião das propostas feitas recentemente pela União Soviética para «travar a corrida desenfreada ao armamento». Este apelo foi lançado durante um jantar em Moscovo, em honra do presidente Assad Síria. (FP)

NOBEL DA PAZ

OSLO — O prémio Nobel da Paz de 1979 foi atribuído à madre Teresa, uma freira de nacionalidade jugoslava, que mais de 30 anos dedicou a sua vida à ajuda aos misericordiosos na Índia. Em 1950, fundou a sua própria ordem, «As Missionárias da Caridade» que tem cerca de 50 projectos de assistência na Índia. (FP)

GREVES NO GHANA

ACCRA — Os mineiros da mina de ouro total de Obusi estão em greve há uma semana. Reivindicam um aumento de salários e o melhoramento das condições. Associação Ghanense de oficiais da Marinha Militar pertencente à companhia comercial «Black Star Line» encontram também em greve protesto contra a gestão da companhia. (FP)

OMS ACONSELHA O LEITE MATERNO

GENEVRÁ — A reunião sobre a alimentação da criança, patrocinada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundo das Nações Unidas para a Ajuda à Criança (UNICEF), terminou na sexta-feira passada pela adopção de uma série de recomendações favoráveis à amamentação materno. (FP)

Presidente do MLSTP Estamos entre amigos

(Continuação da pág. 1)

amizade do povo santomense para o povo da Guiné-Bissau. A nossa estadia aqui vai nos permitir conhecer o povo valente do vosso país, conhecer de mais perto os problemas ligados à reconstrução nacional e também trazer as nossas experiências pois, só concertando as nossas experiências com os camaradas da Guiné-Bissau estaremos em melhores condições de poder enfrentar com sucesso a grande luta de reconstrução nacional.

«Foi essa amizade que a população da capital também quis demonstrar ao Presidente santomense.

Passava um pouco das 17 horas e 30 minutos quando aterrou no aeroporto Internacional de Bissau o Presidente santomense e comitiva, procedentes da República irmã de Cabo Verde onde acabara também de efectuar uma visita oficial. A saída do avião era aguardado pelo camarada Presidente Luiz Cabral, membros do Partido e Governo, corpo diplomático acreditado no nosso país e representantes da Comissão Nacional das Mulheres.

Enquanto se dirigia à companhia das nossas

FARP que lhe prestaram as devidas honras militares, soaram no silêncio do aeroporto os 21 tiros de canhão, seguidos do Hino Nacional dos dois países.

Um destacamento dos pioneiros Abel Djassi, presente no aeroporto, colocou lanços amarelos ao camarada Pinto da Costa e esposa, entre canções, vivas e aplausos.

O cortejo para a cidade iniciou-se. Ouviam-se, aqui e ali, sons de tambores, de corás e balafons, palmas e agitação de bandeira da Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. A população encontrava-se numerosa, nas ruas onde o cortejo iria passar gritando vivas ao PAIGC e ao MLSTP.

De igual modo e, desde cerca das 15 horas grande massa de populares concentra-se no Altomirim com os seus tambores e vestes coloridos e festivas.

Eram 18 horas e 30 minutos quando Pinto da Costa chegou ao Altomirim, acompanhado do camarada Presidente Luiz Cabral, para ali receber das mãos de um pioneiro Abel Djassi a chave da cidade de Bissau. Aguardava-o camarada Ju-

vencio Gomes, Presidente do Comité de Estado do Sector Autónomo de Bissau.

Na Praça dos Heróis Nacionais os pioneiros com as suas canções, a população dos bairros artistas do ballet nacional tudo se contundia numa só expressão: contentamento por receber na nossa terra livre e independente o Presidente Santomense.

Depois de darem duas voltas à Praça, os dois presidentes dirigiram-se para a varanda do Palácio da República para saudar o povo. Ali permaneceram alguns minutos para apreciar a calorosa manifestação. O programa de visitas, prevê para hoje o início das conversações entre uma delegação da Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe e, visitas a várias unidades fabris da capital. Acompanham o camarada Presidente uma delegação do Partido e Estado em que se destacam os camaradas Alda Espírito Santo, Ministro da Informação e Cultura, Raúl Brangança Neto do Estado Maior das Forças Armadas e Aurélio Espírito Santo, director do Ministério da Energia Indústria e Pescas.

Missão da CEA inteirou-se da situação económica do país

Uma missão da CEA — Comissão Económica das Nações Unidas para a África dirigida pelo conselheiro regional do Comércio Internacional e da Divisão Financeira, Mabarek Serrai, manteve em Bissau, de 1 a 6 do corrente, contactos informais com diferentes Comissariados e departamentos estatais da Guiné-Bissau, ligados aos sectores económicos.

De acordo com uma nota do processo verbal enviada à Imprensa pelo Comissariado de Coordenação Económica e Plano, a delegação das Nações Unidas foi recebida pelo Presidente do Conselho de Estado, camarada Luiz Cabral. Este apontou àquela missão o seu desejo de ver concretizado realmente a acção da CEA em relação a certos domínios discutidos com os departamentos técnicos.

Por sua vez, considerando as enormes dificuldades que atravessam os países recém-independentes e particularmente o nosso, nos domínios económicos e financeiros, a missão das Nações Unidas prometeu transmitir fielmente a mensagem do Presidente do Conselho de Estado, aos mais altos responsáveis da CEA, de manter o contacto e de fazer tudo o que estiver

ao seu alcance, segundo as possibilidades e os meios da CEA, para ajudar a nossa jovem República.

O processo verbal da visita daquela missão indica ainda que os representantes da CEA revelaram-se preocupados com as diversidades das dificuldades económicas da Guiné-Bissau, causadas, entre outras, pelas suas deficientes infraestruturas, atribuíveis à longa guerra de libertação nacional e das penúrias agudas que o país conhece. Isso, particularmente, em matéria de aproveitamento e da distribuição alimentar, de mão-de-obra qualificada, dos equipamentos e das peças sobressalentes, do enquadramento dos jovens, dos meios orçamentários e das divisas e da exportação racional dos recursos naturais.

Durante esses contactos, a missão tomou conhecimento das prioridades actuais do nosso Governo em matéria de desenvolvimento, no que respeita a implantação de um plano nacional de Desenvolvimento dos diferentes sectores, nomeadamente, agricultura, pescas, indústria, formação, transportes, prospecções de recursos naturais e, entre outros, o desenvolvimento dos serviços sociais.

Estado de sitio no Salvador

(Cont. da 1.ª pág.)

um dos principais grupos revolucionários do Salvador, o Exército Revolucionário do Povo (ERP), apoderou-se de quatro emisoras de rádio da capital, proclamando a sua oposição à junta militar que tomou o poder na

segunda-feira, depois de derrubar o general Carlos Umberto Romero que se teria refugiado nos Estados Unidos ou na Guatemala.

O ERP lançou em seguida um apelo à «revolução popular» e a união de todos os grupos clandestinos para a luta insurrei-

onal. Os comandos abandonaram depois as estações de rádio.

Pouco depois um outro grupo clandestino, as «Ligas Populares de 28 de Fevereiro» ocuparam durante uma hora a Câmara da cidade de Mexicaltina, municipalidade situada a poucos quilómetros da São Sal-

vador. Ouviram-se tiros neste sector, para onde o exército enviou veículos blindados.

Na capital do país a situação é tensa mas calma. O comércio funciona normalmente, mas os transportes colectivos foram suspensos.

Começa hoje a Conferência da Agricultura

(Continuação na 1.ª pág.)

documento elaborado pela Comissão «A», para a Conferência dos trabalhadores daquele departamento, a iniciar esta manhã.

De acordo com esta ideia o desenvolvimento da nossa terra tem de processar-se na base da mobilização das camadas mais desfavorecidas da população, sobretudo dos

trabalhadores do campo. O documento indica também que a agricultura e a indústria articuladas num desenvolvimento equilibrado — a agricultura como base e a indústria como dinamizadora do seu desenvolvimento, como acentuou, aliás, o relatório do CSL ao III Congresso do PAIGC.

O problema que se põe diante de nós — sublinha o documento — não é apenas liquidar as seque-

las do passado, mas também criar progressivamente meios que permitam o crescimento económico e o desenvolvimento. A descentralização das actividades também merece referências do documento que acentua, nomeadamente:

«Bissau não deve ser o centro monopolizador da acção mas funcionar, apenas, como motor de desenvolvimento e como

elemento catalizador das actividades das regiões, apoiando-as, estimulando-as e facilitando-lhes o caminho».

Em análise aos diferentes sistemas de cooperativas criadas noutros países africanos, os técnicos concluem que as várias formas foram ensaiadas, mas poucos são os casos que conduziram a uma verdadeira implantação cooperativa.

Breves

IRÃO DEFENDE OS POÇOS DE PETRÓLEO

AMAN — O Embaixador Islâmico do Irão na Jordânia, senhor Hamze Takwi, afirmou que o seu país está «determinado a defender as suas riquezas e sua economia», assim como os «poços do petróleo» da região.

Nas declarações publicadas na quarta-feira pelo jornal jordaniano «Al-Liwa», ele precisou que o seu Governo considera os países vizinhos do Golfo «como países irmãos, com o mesmo título de países islâmicos».

O Embaixador afirmou por outro lado que o preço do petróleo iraniano voltaria ao normal, uma vez que os países industrializados «abandonam a sua política ávida e arrogante». Acrescentou também que a produção iraniana de petróleo manterá o nível actual, que são quatro milhões de barris por ano. (FP)

ANGOLA, ZAIRE E ZÂMBIA COOPERAM NA SEGURANÇA

LUSAKA — A Zâmbia, o Zaire e Angola assinaram no domingo um acordo tripartido sobre a segurança e a cooperação económica, durante uma reunião que reuniu os chefes de Estado dos três países em Ndola (320 quilómetros ao norte de Lusaka).

No que respeita ao acordo de segurança, Kenneth Kaunda (Zâmbia), José Eduardo dos Santos (Angola) e Mobutu Sese Seko (Zaire), decidiram que os respectivos países opõem-se ao «estabelecimento de campos de contra-revolucionários estrangeiros», cujo objectivo for o derrube do governo vizinho.

Por outro lado, novos princípios de cooperação económica foram definidos, nomeadamente no domínio dos transportes e comunicações.

O presidente Kaunda exprimiu a sua satisfação perante os resultados obtidos. «Quero que saibam, afirmou aos seus homólogos angolano e zairota, que esta reunião constitui uma das melhores conferências que tive o privilégio de assistir».

— (FP)